



## **As facetas do humano na percepção gonçalvina: uma análise da correspondência e do diário de viagem à Amazônia**

### ***Facets of Human on Gonçalves Dias' Perception: An Analysis of His Correspondence and His Amazon Travel Journal***

Renata Ribeiro Lima

Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Alcântara, Maranhão / Brasil

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro / Brasil

renata.lima@ifma.edu.br

**Resumo:** Este artigo busca explorar a complexidade dos modos de representação do indígena em Gonçalves Dias para além da sua obra poética, a partir de textos híbridos que a complementam: seus escritos pessoais. Selecionamos, para este fim, registros de um momento crucial da trajetória do autor: o ano de 1861, em que viajou para a Amazônia e teve, assim, ocasião de confrontar o imaginário criado em torno da figura do indígena e a experiência empírica. Tendo já toda a obra indianista publicada, mas sempre com projetos de escrever mais (*Os Timbiras* permanecia incompleta), o poeta mestiço vive nessa viagem uma situação ímpar de reflexão, que desenvolve através da correspondência e do diário de viagem. À luz de teóricos da decolonialidade, procuramos compreender as origens do ideário que influenciou a percepção gonçalvina e situar a categoria “humano” nas suas diversas facetas, valorações e gradações. A leitura desse material sugere uma tensão racial intensa, na qual se empregam designações diversas com base na cor da pele e na miscigenação. Observamos a ambivalência presente no jogo entre convenção poética e o registro descritivo das observações pessoais, isto é, na dificuldade de definir objetivamente quem seria o índio, quem representaria a “nossa gente”.

**Palavras-chave:** Gonçalves Dias; correspondência; diário; humano; representação; indígena.

**Abstract:** This article aims to explore the complexity of indigenous modes of representation in Gonçalves Dias beyond his poetic work, from hybrid texts that complement it: his personal writings. We have selected for this purpose records of a crucial moment in the author's trajectory: the year of 1861, when he traveled to the Amazon and had the opportunity to confront the imagery created around the figure of the Indian and the empirical experience. Having already published the entire Indianist work, but always with plans to write more (*Os Timbiras* remained incomplete), the mestizo poet lives on this journey a unique situation of reflection, which he develops through correspondence and travel journal. In the light of decoloniality theorists, we try to understand the origins of the ideology that influenced his perception and to situate the category "human" in its diverse facets, valuations and gradations. The reading of this material suggests an intense racial tension, in which diverse designations are used based on the color of the skin and the miscegenation. We observe the ambivalence present in the game between poetic convention and the descriptive record of personal observations, that is, in the difficulty of objectively defining who the Indian would be, who would represent "our people".

**Keywords:** Gonçalves Dias; correspondence; journal; human; representation; Indian.

## 1 Introdução

Há várias décadas que um termo aparentemente tão simples como "humano" vem suscitando as mais diversas discussões. Fala-se, por exemplo, em direitos humanos como universais, mas certos grupos humanos não têm esses direitos tão respeitados quanto outros. Em muitas situações, o que se observa é que, não obstante os esforços da biologia para comprovar que a espécie humana é única, há justificativas pseudocientíficas para desigualdades sociais que seguem prejudicando o debate, bem como as relações interpessoais e internacionais. Ainda hoje, como resquício de teorias do século XIX, se utiliza o conceito de raça erroneamente, numa tentativa de relacionar ao fenótipo da cor da pele uma série de características generalizadoras.

Diante disso, alguns estudiosos desenvolveram uma perspectiva chamada de "decolonial", que identifica o início desse processo (na escala global que ele atinge hoje) com o processo de colonização da América. O embate entre colonizadores e colonizados teria dado ensejo a esse tipo de categorização racial com base em interesses socioeconômicos. No

Brasil, as consequências do colonialismo se fazem ver nos problemas alarmantes de discriminação e de segregação que afetam os grupos étnicos afrodescendentes e indígenas.

Nesse contexto, parece-nos oportuno lançar um olhar retroativo sobre as fundações do nosso discurso sobre nacionalidade, no contexto do pós-independência, no qual os escritores buscavam uma libertação da herança colonial ao mesmo tempo em que se nutriam dela para produzir literatura. O caso de Gonçalves Dias é um dos mais emblemáticos dessa ambivalência, devido às marcas familiares e acadêmicas que o autor traz da antiga metrópole e às raízes nacionais que ele possui e deseja exaltar.

Como se sabe, o poeta maranhense nasceu em 1823, em um sítio no entorno da cidade de Caxias, filho de uma relação considerada ilegítima entre um comerciante português e uma mestiça (cujo grau de mestiçagem nunca se pôde precisar, mas que costuma ser associado mais a uma origem indígena) e estudou, desde os 15 anos, em Coimbra, mudando-se, após se formar em Direito, para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Em 1847 é integrado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por indicação de Manuel de Araújo Porto-Alegre, e começa a se aproximar do Imperador Dom Pedro II, grande incentivador da instituição. Em 1854 é incumbido de estudar a instrução pública e coligir documentos históricos na Europa e, em 1857, de compor uma Comissão Científica que se destinaria a explorar o Norte do Brasil, até então pouco conhecido. O presente estudo se centra especialmente nos registros que o poeta realizou, por carta e em diário de viagem, do ano de 1861, no qual percorreu vários rios da região amazônica.

Essa correspondência se mostra especialmente relevante por demonstrar que sua percepção dos sujeitos a quem ele fora incumbido de estudar e sobre os quais já havia poetizado – os “indígenas” – era bastante complexa, entremeada por vivências da infância em Caxias, concepções científicas e filosóficas da época e os dados empíricos que ia coletando. Como sintetiza a escritora e pesquisadora Ana Miranda,

O autor contava com qualidades excepcionais para a execução da sua monografia: sua experiência interior do silvícola, fosse pela herança genética, fosse pela presença dos timbiras em sua infância; sua visão ampliada pela percepção poética do indígena; sua afinidade, sua longa convivência imaginativa, e amor pelo sujeito e objeto examinados. Apoderou-se da linguagem racional do científico, com o domínio literário característico de toda a sua lavra. (DIAS, 2013, p. 29-30).

O que pretendemos com esta análise não é atacar um escritor do século XIX por não pensar como um autor do século XXI; pelo contrário, o que almejamos é perceber, na tessitura de seu discurso, as ideias que tentava desenvolver por si próprio, na medida do possível, diante da observação direta e dos recursos disponíveis então – teorias e relatos de viagem, em sua maioria eurocêntricos. Ao invés de fugir dos pontos sensíveis da construção de seu ideário – se é que em algum momento chegou a se formar como algo fechado –, buscamos flagrar justamente como as tensões acontecem, e por quê.

Essas tensões é que desvelam todo um contexto de construção de identidades, que importa destacar para uma melhor compreensão dos rumos da literatura e até das relações sociais brasileiras. Criticado por idealizar o índio e quase ignorar o negro, Gonçalves Dias demonstra em suas cartas uma grande sensibilidade em relação a questões que só viriam à tona mais tarde. À luz das reflexões de teóricos da decolonialidade, como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, pretendemos aprofundar essa leitura, identificando elementos da própria constituição do olhar etnográfico oitocentista e da fala desse sujeito de formação tão eurocêntrica e de vida tão cosmopolita.

Acompanhemos, pois, este intelectual tão fugidivo (em suas viagens constantes) ao menos durante o ano de 1861, no qual percorreu o lugar mais icônico e menos conhecido do Brasil: a Amazônia. Depois de tanto imaginá-la e aos seus habitantes, de tanto idealizá-la como o coração do nosso país, da nossa nacionalidade (“a Judeia perdida”); depois de haver concluído toda a sua poesia indianista conhecida e até mesmo um ensaio etnográfico – *Brasil e Oceania* (1852) –, este homem de letras tem a oportunidade ímpar de verificar, *in loco*, muitas das suas hipóteses e imaginações. É nesse momento, também, que tem a chance de conviver de maneira bem próxima com as camadas mais populares – nesta época, mais evidentemente do que hoje, formadas majoritariamente por mestiços, chamados de caboclos, cafuzos, mamelucos, dentre outras denominações pejorativas.

Gonçalves Dias, também mestiço, embora com ascendência portuguesa (paterna), desenvolveu, possivelmente, um olhar mais sensível a essas pessoas e nelas foi passando a enxergar o espírito nacional, outrora tão buscado no índio do passado remoto. É curiosa, também, a forma como lida na prática com o sistema escravocrata ainda em voga.

Nossa análise procura abranger as estruturas sociodiscursivas mais profundas, que estariam por trás do seu discurso: a “lógica da colonialidade” (MIGNOLO; WALSH, 2018) que deu origem às classificações raciais, religiosas e culturais de seu tempo. Em outras palavras, investigaremos as ideologias que moldaram boa parte do olhar que Gonçalves Dias dirige aos “Outros” encontrados ao longo da jornada, através de seus registros mais próximos da espontaneidade permitida pela linguagem e pela escrita: as suas cartas pessoais e o seu diário de viagem.

## **2 O IHGB e a formação discursiva da identidade brasileira**

Longa foi a trajetória que culminou no ano de 1861, selecionado para nossa análise, na acidentada existência de Antônio Gonçalves Dias. Esse “esperançoso menino do Maranhão”, como o chamavam em Coimbra, teve ocasião de viajar muito entre seu estado natal, o Rio de Janeiro e a Europa, onde estava desde 1854, recolhendo documentos sobre o Brasil e a instrução pública, quando foi convocado a participar de uma Comissão Científica Nacional em 1857. Essa comissão tinha como objetivo refutar observações anteriores de naturalistas estrangeiros, consideradas imprecisas, e “construir uma nova história sobre a natureza do Brasil, escrita por nacionais” (VELOSO JÚNIOR, 2013, p. 106).

Nada mais próximo do projeto intelectual de Gonçalves Dias, que prontamente aceitou o convite, mesmo em meio a diversos trabalhos na Alemanha, expressando o seu desejo de

obedecer sem demora às ordens do Governo de Vossa Majestade, quando se tratar da Comissão do Instituto Histórico para que tive a honra de ser indigitado. Não me iludo sobre os incômodos que teremos de passar nessa excursão: não serão poucos nem de pouca monta, mas nela descortino tanta vantagem para a minha carreira literária, que essa escolha ao passo que sobremodo me honra, vem a ser também a realização dos meus melhores desejos.<sup>1</sup> (ANAIS..., 1971, p. 207).

---

<sup>1</sup> Carta de Gonçalves Dias a Dom Pedro II, datada de 04 de janeiro de 1857. A ortografia de todas as citações de Gonçalves Dias utilizadas neste trabalho está atualizada conforme o Acordo Ortográfico de 1990, adotado no Brasil em 2009, uma vez que não há prejuízo para a análise aqui proposta.

Assim, após concluir suas edições alemãs dos *Cantos*, d'*Os Timbiras* e do *Dicionário da língua Tupi*, embarca em agosto de 1858 em Southampton e em setembro desembarca no Rio. Partindo em janeiro do ano seguinte, a Comissão realiza seus primeiros trabalhos no Ceará, mas Gonçalves Dias se mostra insatisfeito e já em 17 de março de 1859 pedia demissão, o que não foi aceito de imediato. “O modelo de indígena que o poeta romântico procurava não seria encontrado no Ceará”, conforme observa o pesquisador Veloso Júnior (2013, p. 116). Seu desejo, manifesto ao Imperador por carta datada de 25 de março de 1860, era o de seguir para o Grão-Pará e o Amazonas (ANAIS..., 1971, p. 270-273). Desta forma, após uma breve estada em São Luís, Gonçalves Dias chega a Manaus em fevereiro de 1861.

Antes da Comissão, porém, Gonçalves Dias já se aventurava pelos domínios da história e da etnografia. Aceito como membro do IHGB no final da década de 40, o autor recebeu pedidos de pesquisas por parte do Imperador Dom Pedro II, dos quais resultaram quatro publicações: *Brasil e Oceania* (1852), *Amazonas e Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas* (1855), bem como *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso?*, também de 1855 (cf. DIAS; LEAL, 1868). No entanto, os seus volumosos estudos se ressentiam da falta de verificação empírica. A viagem ao Norte do país seria, portanto, uma grande oportunidade de complementar suas pesquisas e até mesmo sua vivência com alguns índios do Maranhão. Na verdade, a Exploração proporcionou muito mais do que isso, para o escritor e para o país, conforme atesta Lúcia Miguel Pereira:

As expedições realizadas na Amazônia em 1861 foram fecundas em pesquisas etnográficas. Delas trouxe Gonçalves Dias um valiosíssimo material indígena, que figurou, por ele classificado, na Exposição Nacional de 1862. (PEREIRA, 2016, p. 384).

Depois de figurarem na Exposição, foram os objetos – pelo menos muitos deles – entregues pelo Instituto Histórico ao Museu Nacional. (PEREIRA, 2016, p. 385).

A coleção de 1861 e o seu relatório, minucioso, objetivo, estão muito longe das intuições admiráveis, mas livrescas e algum tanto generalizadoras, do *Brasil e Oceania*. O pesquisador nascera no poeta, o seu senso científico apurava-se, o seu conhecimento dos índios era real, direto. (PEREIRA, 2016, p. 388).

Vale a pena observarmos, nesse sentido, que desde antes da Comissão, Gonçalves Dias já se posicionava a favor dos índios, conforme detalharemos no tópico seguinte. Por ora, vejamos a violência e o preconceito com que seu conterrâneo João Lisboa se referia a suas opiniões e aos indígenas – e a sua retratação posterior, conforme narra Lúcia Miguel Pereira:

Em defesa dos jesuítas e dos portugueses, e de Berredo, que Gonçalves Dias censurava por haver escrito a história dos colonizadores, e não a do Estado do Maranhão, acudiu João Francisco Lisboa, em seu *Jornal de Timon*, acusando o poeta de ter “só pela imaginação poética e fantasiosa” criado “essa pretendida Judeia do Novo Mundo”. Asseverava que Gonçalves Dias exagerara as mortes e os sofrimentos dos índios, acrescentando: “Esse falso patriotismo caboclo, espécie de mania mais ou menos dominante, segundo as circunstâncias, levamos a formular, quanto ao passado, acusações injustas contra os nossos genuínos maiores; desperta no presente antipatias e animosidades que a sã razão e uma política ilustrada aconselham ao contrário a apesar e adormecer...”, arrolando assim o adversário entre os lusófobos. Anos depois, em 1858, volta ao assunto, dessa vez para penitenciar-se e dar razão ao poeta: “Um estudo mais aprofundado da matéria e o exame sobretudo dos documentos oficiais, isto é, da correspondência havida entre os governos da metrópole e das colônias, pela maior parte inédita e pouco conhecida, nos habilita hoje para proferirmos um novo julgamento, em que a condenação dos invasores é inevitável. (PEREIRA, 2016, p. 374-375).

Desse fragmento se observa que não era consensual o indianismo nacionalista. Esse debate se dava não só entre Dias e Lisboa, mas também entre membros do Instituto Histórico. Como descreve Guimarães (1988, p. 11 *apud* MOTA, 2006, p. 124, grifos do autor), “a temática indígena proporcionava relevantes e acirradas discussões e debates entre os sócios do IHGB, principalmente no que tange à *viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena*”. Na Revista do IHGB, publicada a partir de 1839, é expressivo o espaço ocupado pelos trabalhos dedicados às questões indígenas, sob diversas perspectivas ideológicas. Para Monteiro (2001, p. 147),

[p]arece ter vencido a tendência estabelecida por Carl Friedrich Philippe von Martius e seguida por Francisco Adolfo de Varnhagen, cujas teses sustentavam a idéia de que o processo de degeneração que levava os indígenas inexoravelmente rumo à extinção havia começado muito antes da chegada da civilização superior. Outros autores, entretanto, embora compartilhassem a perspectiva do desaparecimento fatal dos aborígenes, explicavam a destruição das populações indígenas em função de uma longa história de violência colonial e de políticas mal aplicadas [...].

Assim, percebemos que os membros do IHGB desejavam exaltar o indígena ao mesmo tempo em que o consideravam inferiores, menos humanos. Se discordavam em determinados pontos, em geral concordavam que os índios deviam ser “civilizados”. Segundo o historiador Lúcio Tadeu Mota (2006, p. 141), essa visão de mundo teve seu ápice em Hegel, que na década de 1830 descrevia os povos “americanos” como de débil cultura, que viviam como crianças e pereciam em contato com povos de cultura superior. “Em suma”, afirma Mota, “na perspectiva dessas elites, os índios ‘civilizavam-se’, ‘modernizavam-se’, ou seja: seriam conquistados pelas idéias ou seriam submetidos pela tecnologia militar dos conquistadores.”

Walter Mignolo (2008, p. 293) aprofunda a discussão falando em uma “retórica da modernidade” construída sobre as oposições entre cristãos e não-cristãos, masculino e feminino, brancos e não-brancos, progresso e estagnação, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ressalva ainda que os atores do que ele chama de Matriz Colonial de Poder não tinham consciência de que estavam criando aquilo que, atualmente, na análise, nós identificamos como tal, mas eles certamente sabiam e acreditavam que estavam agindo como *humanos* em um mundo povoado por menos humanos (MIGNOLO, 2018, p. 156).

A ideia de humano e humanidade, conforme explica Mignolo, foi construída segundo essa lógica disfarçada de denotação de uma entidade existente. “Humano”, para ele, “não ‘representa’ uma entidade dada; foi uma invenção [...]. A humanidade do humano foi universalmente postulada” e, para que os seus atores pudessem se autointitular humanos, eles precisavam delimitar diferenças com entidades menos humanas ou não humanas. A esfera racial teria sido uma das que serviram a este propósito (MIGNOLO, 2018, p. 157).

Nesse sentido, tentaremos identificar, na epistolografia e no diário de viagem de Gonçalves Dias relativos à viagem amazônica, de que maneiras o autor se posicionava diante desses debates e como percebia os diferentes grupos humanos com que se deparava, na posição de etnógrafo. Quais seriam as subcategorias em que dividiria os humanos?

### **3 As facetas do humano na percepção gonçalvina**

Passemos à análise mais detida dos textos gonçalvins, perscrutando os modos como o autor se refere aos índios, aos negros e à natureza, todos em estreita relação com a identidade nacional que estava sempre procurando identificar.

Conforme salienta a biógrafa Lúcia Miguel Pereira (2016, p. 368), “[a]té 1851, até a primeira viagem ao Norte, predominaram os interesses propriamente literários: poesia, jornalismo, teatro; daí em diante a história e a etnografia ocuparam o primeiro lugar”. O próprio Dias, em carta a Teófilo Leal de novembro de 1846, traça esse plano para sua vida:

Dizes-me que tenha coragem: Meu Deus [,] e que mais coragem queres tu que eu tenha? Esta minha vida literária, seja longa ou breve é o pagamento a uma dívida que contraí com os meus amigos em Coimbra. Hei de segui-la mais por dever do que por gosto, até que tu e os outros me digam que é bastante. *Então lançar-me-ei em outra vida – no positivismo.*<sup>2</sup> (ANAIS..., 1971, p. 66, grifo nosso).

É curiosa a forma como o autor emprega o termo “positivo” em vários momentos de sua correspondência, sempre no sentido de exatidão, de racionalidade e de franqueza. Com o sufixo *-ismo*, é somente nessa passagem que o utiliza, dando a entender um contraponto mais racional à atividade de literatura e não necessariamente filiação à escola de pensamento de Comte. Ora, o certo é que a atividade literária gonçalvina, embora transparecesse maior trabalho com a imaginação do que os seus ensaios, é também marcada por grande preocupação com a acuidade das informações, em uma típica atitude ilustrada – vejam-se, por exemplo, as notas de rodapé que adicionava aos seus poemas, notadamente em seus *Primeiros Cantos*. Sabemos, ademais, que as suas atividades de pesquisa

---

<sup>2</sup> Carta de Gonçalves Dias a Alexandre Teófilo de Carvalho Leal [doravante Teófilo Leal] datada de 18 de novembro de 1846.

histórica e de criação literária sempre foram constantes e concomitantes, pelo que nos revelam as descrições epistolares de seu cotidiano. Tais atividades se entrecruzavam, pois os dados históricos serviam de base para a escrita, em prosa e em verso:

Tenho achado na Biblioteca documentos preciosos para o meu novo trabalho: agora o que me falta é o mais difícil no Romance – a exatidão topográfica.<sup>3</sup> (ANAIS..., 1971, p. 65).

Quanto ao pedido que me fazes de fazer eu uma poesia sobre os Andradas; tem sua dificuldade: [...] o de que eu menos sei é da nossa Independência – e dela o que menos sei é a vida dos Andradas. Ser-me-á preciso ler a história do Brasil neste ponto – consultar documentos e o diabo; quando eu acabar com isto, já se achará a venda o meu volume de Poesias. Coisas destas devem ser perfeitas – ou então nada se há de dizer; porque rebaixar assuntos destes, que são verdadeiramente nacionais, é descrédito para um Poeta.<sup>4</sup> (ANAIS..., 1971, p. 64).

Desses escritos pessoais, depreendemos que os interesses que moviam tanto a criação literária quanto a ensaística eram os mesmos: o delineamento do espírito nacional e a vontade de ser o Primeiro Poeta do Brasil. “Já em 1847 o poeta reunia documentos para a *História dos jesuítas no Brasil*, e só em 1861, estudando os índios da Amazônia, escreveria alguns dos seus maiores poemas de amor” ressalta a biógrafa (PEREIRA, 2016, p. 368). Foi o que um outro biógrafo seu, Josué Montello, chamou de “conciliação do homem de letras com o homem de ciências, [...] uma personalidade goethiana” (DIAS, 2002, p. IX). Acrescenta o crítico maranhense que

Desde cedo o homem de ciências aflorou na personalidade de Gonçalves Dias. Não haveria exagero em dizer que o poeta e o cientista quase que surgiram ao mesmo tempo. O poeta estréia em 1846, data da publicação dos *Primeiros cantos*, no Rio de Janeiro. Dois anos depois, escreve Gonçalves Dias a longa introdução dos *Anais históricos*, de Bernardo Pereira de Berredo e Castro, e já aí deixa sentir que a pena de poeta lírico, que escrevera a “Canção do exílio” sob uma epígrafe de Goethe, podia ter na prosa daquele

<sup>3</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal datada de 25 de outubro a 4 de novembro de 1846.

<sup>4</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal datada de 25 de outubro a 4 de novembro de 1846.

rigor de expressão e aquele aparato erudito que indiciavam o outro lado de sua individualidade excepcional. (DIAS, 2002, p. XI).

Nesse trabalho, espécie de ensaio do que depois desenvolveria em *Brasil e Oceania*, o próprio Gonçalves Dias aproxima as duas dimensões de sua obra em uma frase: “a história e a poesia são os índios” (DIAS; LEAL, 1868, p. 222). Mesmo em se tratando de uma de suas primeiras publicações, Gonçalves Dias demonstrava já ter vastas leituras sobre a colonização e uma sensibilidade apurada para a tendenciosidade da historiografia na perspectiva do colonizador:

Berredo era português, e só escrevia para portugueses: não escrevia a história do Maranhão, escrevia uma página das conquistas de Portugal: daí o seu principal defeito. [...] O que é português é grande e nobre; o que é de índios é selvático e irracional; o que é de estrangeiros é vil e infame. Assim nos índios só vê bárbaros, nos franceses piratas, nos holandeses heréticos e sacrílegos; é tudo um misto de patriotismo exclusivo e de cego fanatismo, porque Berredo é o órgão dos colonos portugueses com todas as suas crenças, com todos os seus preconceitos, porque ele não enxerga senão o presente, não escuta senão o que diz o povo. (DIAS; LEAL, 1868, p. 199, 201).

Nesta passagem, o autor antecipa a crítica de Walter Benjamin ao historicismo através da qual se busca cada vez mais recuperar o ponto de vista dos vencidos, “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p. 225), na famosa formulação. Diferentemente da maioria dos autores seus contemporâneos, rejeita uma história única, apenas pela voz dos “vencedores”. Nessas mesmas *Reflexões*, Gonçalves Dias define, ainda que indiretamente, o seu projeto de trabalho (reunindo história e poesia), quando se refere ao “bom historiador”:

Quem quer que for bom historiador deve ter uma destas duas coisas: ser político ou poeta: [...] poeta de alma e de sentimento; escreva prosa ou verso; chame-se Schiller ou Chateaubriand, Homero ou Platão.

O historiador político resume todos os indivíduos em um só indivíduo coletivo, generaliza as ideias e os interesses de todos, conhece os erros do passado e as esperanças do futuro, e tem por fim – a nação.

O historiador poeta resume as nações em uma só nação, simpatiza com todas as suas grandezas, execra todos os sentimentos, todas as aspirações do coração humano, tem por fim – a humanidade. O historiador político escreverá o livro do povo, um como aqueles fragmentos da sibila, que os romanos consultavam nas grandes tempestades da sua República. O poeta historiador escreverá o livro do homem e de todos os homens, do povo e de todos os povos – o evangelho da humanidade. (DIAS; LEAL, 1868, p. 200)

É muito importante para a nossa análise o fato de Gonçalves Dias ter empregado o termo “humanidade” para se referir aos sujeitos da sua escrita da História, pois são os vários sentidos e gradações desse conceito que nos guiam a leitura. Alinhando-se ao ideário Romântico europeu, Dias cita quatro autores consagrados, em especial Schiller e Chateaubriand, que lhe eram mais próximos no tempo.

Preferindo, pois, o historiador poeta, o autor pretendia escrever a história da nação brasileira sem, no entanto, adotar um olhar exclusivista; com foco no que a espécie humana teria em comum. Não dispomos da sua *História dos Jesuítas no Brasil*, inédita e perdida no naufrágio que vitimou o poeta, para confrontarmos a teoria à prática; debruçemo-nos, pois, sobre a sua correspondência e seu diário de viagem a fim de verificar mais um suporte – além dos versos, que já analisamos em outra ocasião (LIMA, 2015) – para as suas ideias.

### 3.1 Da pesquisa bibliográfica à pesquisa de campo: um novo olhar sobre os “caboclos”

Quando, em carta pessoal, se referiu a *Brasil e Oceania* (“memória” apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Gonçalves Dias chegou a utilizar o termo “Memória dos Caboclos”<sup>5</sup> (ANAIS..., 1971, p. 144). Ao complemento desta, o *Dicionário da Língua Tupi*, chamou-o também “dicionário caboclo”<sup>6</sup> (ANAIS..., 1971, p. 222). O uso do termo, como adjetivo e substantivo, chama a atenção pela recorrência em sua correspondência, principalmente no período em que se dedicou mais às pesquisas do IHGB.

Tal escolha lexical se torna relevante também pelo fato de não ser utilizada em seus textos destinados à publicação, nos quais

<sup>5</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal datada de 5 a 7 de novembro de 1853.

<sup>6</sup> Carta de Gonçalves Dias a Dom Pedro II datada de 3 de junho de 1857.

adotava geralmente o termo “índio” e seus derivados. Para se referir aos afrodescendentes, utiliza o termo “preto” nos textos pessoais, como parecia ser o costume na época. Em “A escrava”, poema conhecido, utiliza “Africano” e “escrava”; no fragmento em prosa chamado “Meditação”, escreve “homens de cor preta” e “escravos”, colocando, contudo, nas palavras do narrador que “os homens são feitos do mesmo barro – sujeitos às mesmas dores e às mesmas necessidades” (DIAS, 1998, p. 727).

O dicionário Michaelis On-Line, na primeira definição do verbete “caboclo”, traz a indicação de “antigo, antiquado” e a informação de que era um modo de se referir ao “indígena brasileiro, considerado selvagem, que mantinha contato com os colonizadores” (CABOCLO, 2019). Esse parece ser o sentido pretendido por Gonçalves Dias em sua correspondência, confundindo-se, em alguns momentos, com aquele mais corrente em épocas posteriores, referido na segunda e terceira definições do mesmo dicionário: indivíduo mestiço de branco com indígena ou de negro com indígena (CABOCLO, 2019).

A primeira ocorrência do termo na Correspondência Ativa é a citada acima, sobre *Brasil e Oceania*, ainda em 1853, quando registrava que a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e o IHGB lhe tomavam todo o tempo. A segunda, bastante curiosa, data de 1857, quando Dias se encontrava em Dresde a serviço do império e já se preparava para chefiar a Seção Etnográfica da Comissão. Nessa carta, enviada ao engenheiro Guilherme Schüch de Capanema, o autor adota uma postura ambígua, pois ao mesmo tempo em que aparentemente os elogia, diferencia-se dos “caboclos” pela expressão “Essa gente”:

Esquecia-me dizer-te que é preciso para a minha Comissão um(a) Fotógrafo – um amanuense, e que um dos pintores que devem acompanhar o Freire, saiba moldar em gesso, se os caboclos não desconfiarem que se lhe ponham cataplasmas – do que eu duvido. Essa gente, que tem mais juízo que nós, empresta com mais facilidade a filha, a mulher, do que a cabeça para experiências – ou do que confiam o pescoço à navalha de barbeiros. É por isso, e outras que tais razões que os chamam – *Selvagens*.<sup>7</sup> (ANAIS..., 1971, p. 211).

---

<sup>7</sup> Carta de Gonçalves Dias a Guilherme S. de Capanema (Barão de Capanema), datada de 5 de fevereiro de 1857.

Observamos que, apesar de dizer que a tal gente “tem mais juízo que nós”, e que duvidava que eles não percebessem que estavam tendo o crânio medido através de um molde de gesso (considerando-os, portanto, espertos), mantém um certo distanciamento que lhe permite situar-se em diferença. De maneira irônica, mostra como os indígenas são muito desconfiados ao não permitir que se lhe façam experiências ou cortes a navalha, e que, ainda assim, são considerados selvagens, ou seja, menos dotados de racionalidade do que os “civilizados”.

Em novo contato naquele mesmo ano, para tratar dos mesmos preparativos, Dias solicita a Capanema equipamentos da (hoje obsoleta) craniologia, “ciência que trata das variações em tamanho, forma e proporção dos crânios, especialmente como caracterizadores, no estudo comparado das diversas raças humanas” (CRANIOLOGIA, 2019). Escreve ele, com a coloquialidade costumeira: “Não tenho achado um diabo de goniômetro facial, que Lagos me indicou: também se o não achar, não é grande a perda, pois que não creio muito no sistema. Seria preferível um *dinamômetro* para ver que o caboclo tem mais *guzo* [força]”<sup>8</sup> (ANAIS..., 1971, p. 227). Apesar de, na prática, não ter chegado a utilizar tais métodos, é notório que os estudou e que elevava sempre o patamar do “caboclo”, ainda que com o distanciamento de um cientista que observa o seu objeto de estudo – reificando, de certa forma, o outro de sua espécie – considerando-o, pois, menos humano. Esta é a complexa ambiguidade que cerca o discurso gonçalvino: o autor parece querer estudar o indígena brasileiro com o objetivo de provar que ele é um ser humano superior, ou pelo menos digno de ser considerado como tal, mas a atitude mesma de o examinar “cientificamente” provoca uma série de dificuldades práticas e linguísticas. Como “traduzir” esse Outro que é o Nosso? Esse estrangeiro que seria a nossa origem comum?

Essa necessidade se torna ainda mais premente na Europa, pois o seu papel lá, como brasileiro e funcionário público, acaba sendo o de representar o seu país. Além disso, nessa época há um grande interesse local por tudo o que era considerado “exótico”, conforme atesta o próprio Dias escrevendo novamente a Capanema: “O meu *Dicionário* apareceu à luz; esse é que provavelmente não terá extração mas suponho que na

---

<sup>8</sup> Carta de Gonçalves Dias ao Barão de Capanema, datada de 3 de setembro de 1857.

Alemanha farão algum caso dele, porque aqui estuda-se tudo – até língua dos caboclos do Brasil”<sup>9</sup> (ANAIS..., 1971, p. 240).

Pelo prefácio desse dicionário e as referências nele citadas, todas do século anterior (XVIII), verificamos que Dias chama “caboclos” aos índios que tiveram contato com colonizadores e aos que viviam no século XIX. O título completo dessa obra também deixa isso claro: *Dicionário da Língua Tupi, chamada língua-geral dos indígenas do Brasil* (1858). Ora, se o autor faz equivaler a língua Tupi à língua-geral, já indica que não se trata de um registro de uma língua original, extinta, mas antes daquilo que se praticava recentemente. No corpo do texto, há momentos em que o autor compara passado e presente, como no verbete “Acajá (hoje cajazeiro)” e os verbos das explicações oscilam entre esses dois tempos verbais.

Após algum tempo sem se corresponder com o melhor amigo, Teófilo Leal, o nosso historiador poeta lhe manda notícias, avisando que está de partida para a Comissão e dizendo que preferia colocar as conversas em dia pessoalmente, se os “caboclos” o permitissem – isto é, se tivesse tempo após a pesquisa de campo<sup>10</sup> (ANAIS..., 1971, p. 245).

Assim, quando finalmente chega em Manaus, após diversos problemas com a Comissão, praticamente por conta própria, Gonçalves Dias escreve entusiasmado ao melhor amigo:

Amigo Teófilo

Manaus!! 25 de fevereiro [1861]

Enfim estou em Manaus! Cheguei anteontem. [...] Embarco no dia 1º para o Peru – isto é – vou acima de Nanta, até a Laguna. Se tivesse um par de *onças*, mas um par bons [sic], ia dar uma vista de olhos ao Pacífico, – não os tendo, volto para matar praga por estes rios e igarapés. Todavia não é pequena viagem, 18 dias pelo rio acima, e em bom vapor. Na volta faz-se isso por metade, tendo-se visto todo o Amazonas, todo o Solimões e parte do Marañon, - três nomes diferentes para um só rio verdadeiro.<sup>11</sup> (ANAIS..., 1971, p. 287, grifo do autor).

<sup>9</sup> Carta de Gonçalves Dias ao Barão de Capanema, datada de 4 de março de 1858.

<sup>10</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal, datada de novembro de 1858.

<sup>11</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal, datada de 25 de fevereiro de 1861.

Temos aqui o projeto inicial da primeira viagem que empreenderia, que duraria cerca de um mês, como visitador das escolas do Solimões (cf. DIAS, 1998, p. 79). É notória a sua vontade de conhecer o grande rio Amazonas. Dessa mesma carta, é importante destacar o trecho em que se refere a um escravo, que lhe havia sido emprestado pelo amigo Teófilo: “O Amigo Fileno não terá remédio senão ficar em Manaus, por causa da *igualdade e fraternidade* das repúblicas nossas irmãs”.<sup>12</sup> Em carta anterior, ainda de São Luís, Dias já havia se referido a ele, sem saber se poderia levá-lo de uma província para outra (menciona dificuldades e a necessidade de falar com o chefe de polícia). Diz ainda: “Far-me-á falta [Fileno]; porque o meu Sr. Joaquim foi-se, e enquanto lá me espera pelo Ceará, por ali se diverte a comer carne gorda”<sup>13</sup> (ANAIS..., 1971, p. 284). Dá a entender que se trataria de outro escravo ou empregado que teria ficado na primeira província visitada pela Comissão e não pudera sair de lá com ele.

Em abril, escreve a Teófilo: “Ainda tenho demora por aqui; mas se passar de junho, quero ver se te mando o teu Fileno. É um excelente escravo, e a prova é que ainda não está de todo perdido. Mas estas republiquetas não querem escravos, de modo que o tenho sempre de deixar atrás de mim, como ultimamente quando fui ao Peru”<sup>14</sup> (ANAIS..., 1971, p. 291). Reafirma o incômodo imposto pelos ideais republicanos dos países vizinhos e, ao designá-los pelo diminutivo “republiquetas”, sugere um julgamento negativo em relação a tal organização social, como se o modelo escravocrata do império brasileiro fosse melhor ou mais cômodo naquela situação. É estranho ler tais linhas saídas da mesma pena do autor de *Meditação*, com sua crítica tão contundente à escravidão (cf. MARQUES, 2010).

Contudo, o tratamento que Gonçalves Dias lhe confere nos relatos é sempre respeitoso, chamando-lhe pelo nome, por “amigo” e dando atenção ao seu estado de saúde, como deixou registrado nas páginas do diário da viagem ao Rio Negro: “Fileno caiu doente”, em 09 de setembro de 1861; no dia seguinte: “Canavarro caiu gravemente doente; o J. Fileno, mais dois ou três índios”; no dia 13 de setembro: “Os nossos doentes

---

<sup>12</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal, datada de 25 de fevereiro de 1861.

<sup>13</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal, datada de 19 de janeiro de 1861.

<sup>14</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal, datada de 25 de abril de 1861.

ficaram bons com um só dia de cama, exceto um caboclo de bexiga, e o José [Fileno]” (PEREIRA, 2016, p. 498-499).

Considerando-se a prática corrente naquela época de se referir aos escravos por alcunhas, números ou como medida de renda – o próprio Dias chega a fazê-lo quando diz “Meu mano quer e deve ir para Europa, e com mais de 20 bons escravos não tem rendimento para isso. Minha família paterna pode ajuntar 100 escravos e não fazem para viver!”<sup>15</sup> (ANAIS..., 1971, p. 319) – a maneira que Dias encontrou de registrar o que ocorria pelo nome (composto) do escravo, equiparando-o ao colega de trabalho, pode ser um sinal de que o autor era empático com este homem e o percebia enquanto tal. Observemos que o mesmo não acontece com os índios e o caboclo – estes não têm seus nomes registrados.

É difícil perceber, aliás, na escrita gonçalvina, qual seria a diferença entre índios e caboclos. O que se evidencia é, como já referimos, uma preferência pelo primeiro termo no âmbito público/registo formal e pelo segundo no privado/registo coloquial. Parece haver ainda uma associação maior do segundo termo com os indígenas do presente do que com os do passado. Em junho de 1861, Gonçalves Dias escreve de Manaus a Antônio Henriques: “Chegaram aqui da Bolívia uns pedaços de homens como a Torre da Sé – bonitos, fortes, enfim caboclada de espavento. Logo te direi mais a seu respeito. São de umas 50 léguas acima da nossa Fortaleza do Príncipe Imperial – chamam-se ‘Bahules’ [Baures]”<sup>16</sup> (ANAIS..., 1971, p. 295). Vemos, pois, que não era um termo aplicado exclusivamente aos índios brasileiros, mas também aos bolivianos – confirmando sua visão unificadora do “índigena americano”, como se costumava dizer. Poucos dias depois, o autor completa o seu relato: tratando das “comunicações” com a Bolívia pelo rio Madeira, escreve:

A que aqui se acha veio dirigida por um Boliviano Juan de tal Parada: veio a negócio trazendo por mercadorias – charutos, redes como as que chamamos de tunga, mas coloridas, – um tecido que aqui compraram para toalhas, chapéus de palha – mas de qualidade inferior, e algumas curiosidades. [...] Em toda a parte os índios se mostraram pacíficos, segundo dizem.

---

<sup>15</sup> Carta de Gonçalves Dias a Teófilo Leal, datada de 1861.

<sup>16</sup> Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques Leal, datada de 10 de junho de 1861.

Os índios bolivianos que desceram com Parada aí uns 12 ou mais, pertencem aos “Mahules” [Baures]. São homens alentados, corpulentos e trabalhadores, – a cor dos nossos, mas as feições muito mais regulares: homens que carecem de muito alimento, são também muito ativos e parecem tratáveis. – Falam somente a sua língua “a dos Mahules”. posto que um ou outro compreenda alguma coisa do espanhol.<sup>17</sup> (ANAIS..., 1971, p. 297-298).

Destacamos, nesse trecho do relato, as comparações feitas entre os objetos para a compreensão ou para a valoração, além do comentário sobre os índios que o navegador teria encontrado pelo caminho – vemos que a maior preocupação era com a receptividade. A esse respeito, a escritora Ana Miranda comenta em sua apresentação a uma edição recente de *Brasil e Oceania* (DIAS, 2013, p. 11): “Era um tempo em que a proximidade com os índios ainda carregava lembranças de massacres e outras hostilidades entre colonos e indígenas”. É o que justifica a observação de que os Baures pareciam “tratáveis”.

Contudo, o nosso poeta etnógrafo não tardou a perceber que se tratava de uma diferença enriquecedora e que aqueles sujeitos poderiam ter muito a lhe ensinar. É o que depreendemos do restante desse relato, entremeados de descrições detalhadas:

A sua linguagem não tem semelhança nem com a dos nossos nem com o Quíchua ou Inca. Rica de sons e variada na acentuação, quase se carece um alfabeto para cada palavra, por que é preciso combinar letras a fim de representar sons [ilegível] que parecem intraduzíveis. Todavia é sonora e agradável [...] Tomei dois para Mestres, e no fim de meia dúzia de lições estou cada vez mais gago com eles, por ir conhecendo melhor a dificuldade de escrever as suas palavras. [...]

Nestes exercícios tive ocasião de ver como eles têm a inteligência fácil – e de mais como são bem criados. Repetindo eu duas, três e muitas vezes a palavra que me davam, acredito que nenhum deles nem pestanejava! Pois de certo eu havia de dizer muita barbaridade, e eles nem se riam! São bem criados, ou não? Quando acertava, então eles me aprovavam com certa expansão, como quem dizia: Sim, Senhor: Vm<sup>ce</sup> era bem capaz de vir um dia a falar língua de gente!<sup>18</sup> (ANAIS..., 1971, p. 298).

<sup>17</sup> Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques Leal, datada de 25 de junho de 1861.

<sup>18</sup> Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques Leal, datada de 25 de junho de 1861.

Gonçalves Dias revela aqui grande disposição para compreender esse Outro que se lhe apresenta, para reconhecer a riqueza de sua língua, de sua inteligência, de seu modo de ser, enfim. Existe a valorização do comportamento respeitoso, de não rir ou se irritar com os erros de outra pessoa, bem como da perspectiva do índio Baure, segundo a qual a língua deles era “de gente”. Essa disposição parece indicar o desejo de fazer convergir o projeto literário e o trabalho de investigação empírica.

Outro exemplo de empatia com os indígenas se revela quanto à questão da sua remuneração, que revolta o missivista: “Sabes quanto ganha cada um por mês? Causa de 4\$ r.s – e comida – isto é – farinha, de que não gostam muito, bananas, quando as há, e o mais de caça e pesca, que, já se vê, há de correr por conta deles”<sup>19</sup> (ANAIS..., 1971, p. 298). A mesma crítica se repete nas suas anotações de viagem, quando registra:

*Dia 24 – [...] 6,20’ – Chegamos à casa de um português velho, [nome ilegível pela abreviatura] no sítio do Abadá, para lhes pedirmos trabalhadores ou remeiros (6). Ele é o sargento, aqui chamado dos trabalhadores (senhores de faca e cutelo) que se aproveitam dos serviços dos índios a troco de darem alguns quando é preciso para serviço público. (PEREIRA, 2016, p. 468, grifos nossos).*

Em nova carta a Antônio Henriques, acrescenta:

*Acreditas tu que um índio no alto Rio Negro, remando como um cristão em galé de mouro, trabalha cinco dias para ganhar uma vara de pano americano?! E que destes cinco dias lhes pode resultar trabalho para mais 10 ou 15, como acontece, sem que recebam nem salário, nem canoa para o regresso, nem mesmo farinha para seu sustento, como também acontece?<sup>20</sup> (ANAIS..., 1971, p. 308).*

Percebemos, pois, que Gonçalves Dias se revoltava com a situação humilhante em que se encontravam os índios, sendo explorados. Isso demonstra que a sua preocupação com eles não se dava somente no campo estético, mas também no histórico e material. No entanto, por mais que se esforce por tentar compreender cada um dos povos que vai encontrando durante a viagem e identificar neles o que caracterizaria o

---

<sup>19</sup> Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques Leal, datada de 25 de junho de 1861.

<sup>20</sup> Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques Leal, datada de 10 de outubro de 1861.

brasileiro, a sua formação intelectual é tão marcante que não lhe permite ir além do paradigma da modernidade, da visão de que os índios e mestiços deveriam progredir, tornando-se cristãos e se integrando ao modo “civilizado” de viver. Nas palavras do sociólogo peruano Aníbal Quijano, grande estudioso dessa questão,

o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a idéia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização européia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. [...] Essa visão só adquire sentido como expressão do exacerbado etnocentrismo da [...] vigência nova das idéias mitificadas de humanidade e de progresso, inseparáveis produtos da Ilustração. (QUIJANO, 2005, p. 116).

O confronto entre dois relatos de uma mesma experiência vivida por Dias, um no diário e outro em carta, nos possibilita a reflexão sobre este ponto:

*2 de Agosto* (engano evidente, é setembro) – [...] Arrumamos as nossas redes contemplando um céu equatorial tão recamado de estrelas, considerando o tempo em que isso podia ser possível com as *comodidades da vida civilizada*. [...] Eu e Canavarro dormíamos [...]. Adiante, em roda, a *caboclada* em maquiras de tucum; conversavam na língua, faziam observações sobre a cachoeira, estavam de bom humor, e tinham razões para isso. Tinham passado o dia todo dentro d’água – um copinho de aguardente, um pouco de pirarucu assado os haviam [sic] feito esquecer todas as fadigas.

*Não há gente como a nossa*, considerava eu. Soldados bons como eles! Marujos excelentes – remeiros incansáveis, e sempre falando, sempre alegres. Dóceis, humildes, ainda assim dóceis e tratáveis. Farinha à discrição, e haverá gente para tudo! Peixe seco já é uma fortuna – carne, isso vem do céu. É o máximo que pedem. E esse máximo não é ainda a mínima parte de qualquer miserável que nos vem da Europa. [...] E *estes pobres* já tão pouco [palavra ilegível] tão dizimados, ainda os recrutam, como se não devessem *contemplar este Amazonas, para o qual não há colonos, e se diz não poder haver*.

O reverso da medalha – são os *bravios* – já não fazem mal aos *brancos*, mas ainda infundem respeito. [...] (PEREIRA, 2016, p. 485-487, grifos nossos).

Gostei muito do Rio Negro [...]. Terras magníficas para algodão, café, anil, - madeiras, o diabo. Hoje fabricam um pouco de farinha. *Gente excelente!* não há melhor que o *caboclo do Pará*, e dentre todos sobressaem os do *Uaupês*: gente para tudo, sempre alegre, sempre pronta para o trabalho, contente e satisfeita com qualquer coisa.

[...]

Eu trouxe uma meia dúzia desses marmanjos que não se fartam de me chamarem entre si “Cariüa écatú” o que vem a dizer *em língua de preto* “*Branco bom mesmo*” isto a troco de um pouco de fumo, distribuído com jeito, de condescendência a tempo, e que hoje iriam comigo para o fim do mundo! Ótima gente! por fim de contas apaixono-me deles, ponho *cueio* (uma espécie de suspensório para de escrotos, que *abafa tudo*), e vou para o mato traduzir os meus indignos versos *em língua de caboclo*. O mais para logo. Adeus.<sup>21</sup> (ANAIS..., 1971, p. 308, grifos nossos).

No geral, a leitura desses dois textos nos dá a sensação de que o seu autor vê os indivíduos que conhece na viagem como um potencial povo brasileiro ou uma potencial força de trabalho brasileira, mas que se diferencia dele mesmo e de seu destinatário pela distância imposta pela “civilização”. Mesmo que o escritor expresse uma vontade de usufruir da beleza do céu noturno ou da afetuosidade dos “caboclos”, percebemos que é de forma efêmera que o sente e de maneira retórica que o escreve.

O emprego de “nossa” para falar dessa “gente” aproxima o autor daqueles homens; no entanto, os termos que utiliza para se referir a eles, seja por hábito adquirido na linguagem corrente, seja pelo modo como percebia as coisas, identificam-nos como “soldados”, “marujos”, “remeiros” (sempre com trabalhos braçais), “pobres”, “caboclo” (distinguindo entre índios pacíficos e “bravios”) e a si mesmo com o lado dos “brancos”. Ainda que sua descrição passe uma imagem positiva desses índios e até os sobrevalorize em relação a “qualquer miserável que nos vem da Europa”, não há como evitar uma certa posição de superioridade do sujeito que observa e descreve a situação. É curioso que

---

<sup>21</sup> Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques Leal, datada de 10 de outubro de 1861.

em nenhum momento o autor se identifique explicitamente como mestiço ou faça qualquer referência à origem indígena de sua mãe. Mais curioso ainda é constatar que os índios o identificavam com os “brancos”, já que lhe chamavam, conforme relembra Dias, “branco bom mesmo”. Podemos interpretar esse aspecto pelo fato de G. Dias ter ascendência portuguesa, o que lhe dava certa vantagem social em relação aos mestiços de índios e negros. Como explica Lília Schwarcz (2010, p. 3), “no Brasil as teorias [deterministas] ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que cada vez mais branca”.

Tais classificações entre “brancos”, “caboclos”, “índios” e “preto” [esta última, um tanto ambígua na carta, sinônimo de “caboclo”] merecem ser discutidas devido à sua ligação com o sistema colonial e às consequências socioeconômicas que trouxeram. Aparentemente muito naturais e derivadas tão somente da cor da pele, eram e continuam sendo, em muitos âmbitos, carregadas de conotações pejorativas e de preconceitos – e o que é mais grave: dão a entender que existem diferenças biológicas importantes entre os seres da espécie humana a ponto de a categorizarmos em diversas subespécies, chamadas de “raças”. A esse respeito, Quijano nos explica que

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. [...] desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. [...] Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. (QUIJANO, 2005, p. 107, grifos do autor).

Segundo esta ótica, os aspectos que a Comissão de Exploração tentava comprovar através da observação e do registro tornam-se reflexos de uma categorização do humano decorrente do próprio sistema que originou a organização social do Império. A descrição perde força, de certa maneira, pela perspectiva adotada – a do Humano (branco, cristão, europeu [ou de origem europeia]) acima de outros humanos ou quase-humanos

(índios, negros e mulheres), ainda que em Gonçalves Dias esse olhar seja atenuado. Conforme elucida o professor argentino Walter Mignolo,

Quando os cristãos encontraram terras e pessoas que eles não conheciam e as batizaram de índios e de Índias – e posteriormente, quando o tráfico de escravos africanos começou (no século XVI) – era necessário situar o humano e a humanidade em relação a pessoas não explicadas pela Bíblia, e em relação aos massivos contingentes de escravos africanos deslocados para as Índias Ocidentais. *Se os habitantes das Índias Ocidentais tornaram-se Índios, os escravos africanos tornaram-se Negros e, portanto, menos humanos em relação ao protótipo do homem (Branco).* (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 158, tradução minha, grifos meus).<sup>22</sup>

A sensibilidade apurada de Gonçalves Dias ao problema da colonização é perceptível quando o autor escreve “E estes pobres já tão pouco [palavra ilegível] tão dizimados, ainda os recrutam, como se não devessem contemplar este Amazonas, para o qual não há colonos, e se diz não poder haver” (PEREIRA, p. 487). Denuncia, pois, como em toda a sua obra, que os índios foram dizimados e reivindica a autonomia do Amazonas. Seu olhar situa-se numa fronteira tênue entre considerá-los como estrangeiros ou nacionais. Estrangeiros, por representarem a parcela menos conhecida da população, e nacionais por serem remanescentes das nações indígenas primeiras. Corroborando essa visão, o pesquisador Veloso Júnior afirma:

Enquanto os discursos românticos construíam imagens de apagamento dos índios vivos, estes relatos [do diário] apontam, numa outra perspectiva de interpretação dos documentos, o protagonismo destas populações. Em condições de dificuldade diante da brutal violência que lhes reservava a imposição do mundo colonial, mas longe do desaparecimento cantado em verso, prosa e ciência. (VELOSO JÚNIOR, 2013, p. 120).

---

<sup>22</sup> “When Christians encountered lands and people they did not know and baptized the people Indians and the land Indies, and when later on in the sixteenth century the trade of enslaved Africans began, it was necessary to situate the human and humanity in relation to people whom the Bible did not account for, and in relation to the massive contingents of enslaved Africans displaced to Indias Occidentales. If the inhabitants of Indias Occidentales became *Indians*, enslaved Africans became *Black* and, therefore, lesser beings in relation to the prototype of the (*White*) human.”

Essa é a tônica que nos parece a predominante no discurso gonçalvino, apesar de todas as suas tensões e ambiguidades: fazer memória, o mais fielmente possível, do passado dos índios e do presente que ele registrava (e gostaria de modificar). Não seria justo exigir de um homem daquele tempo muito mais do que ele foi capaz de oferecer. O que se mostra importante é destacar como as estruturas do seu pensamento foram construídas e, de certa forma, se espalharam em nossa cultura de uma maneira geral. A sua valorização do “humano” naqueles sujeitos que conheceu conseguiu ir além dos critérios normalmente aceitos em sua época, aceitando a sua religião, a sua maneira de se comportar e, em especial, a sua mestiçagem, tão recriminada por autores como Arthur de Gobineau, Nina Rodrigues, entre outros (SCHWARCZ, 2010).

A retomada desses textos revela-se oportuna em um momento como o atual, em que novamente o Estado parece olhar para os índios da Amazônia (e do país todo) como estrangeiros e sub-humanos. A sua condição de hoje não é muito diferente daquela descrita há quase 160 anos. Certamente, Gonçalves Dias, se vivesse neste século, colocaria o seu empenho intelectual e artístico em favor dessas pessoas.

Por meio da leitura dos textos aqui selecionados, também é possível lançar uma nova luz sobre a crítica mais recorrente ao indianismo desse autor, tanto na poesia quanto na prosa ensaística: a idealização “romântica”. Afirma-se, por exemplo, que: “No indianismo de José de Alencar, Gonçalves Dias e Gonçalves Magalhães o indígena (totalmente idealizado) surge como um elemento suficiente para representar a nação” e que “[n]obres nas selvas, eles [os índios] corporificariam o paralelo simbólico a apoiar a nobreza que surgia na corte e organizava o estado” (SCHWARCZ, 2010, p. 7). Cremos que essa ideia, tão presente em nossa crítica literária de uma maneira geral, é uma generalização um tanto imprecisa, pois se de fato é verdade que muitos autores escreveram sobre os povos indígenas sem conhecê-los a fundo, somente com base no imaginário que se foi criando tanto no exterior quanto no Brasil a seu respeito, também não podemos ignorar o grande empenho de um autor como Gonçalves Dias para ser o mais rigoroso possível no que se referia à representação do indígena brasileiro. Ocorre que, como anteriormente referimos, a sua oportunidade de estar realmente imerso no modo de vida dos indígenas só ocorreu após a conclusão da sua obra poética indianista. Todo o seu conhecimento anterior, oriundo de experiências da infância – como bem descreve Ana Miranda (DIAS, 2013) – e de

leituras dos primeiros cronistas do Brasil, com todas as suas limitações, foi sempre aplicado com o máximo de cuidado para não incorrer em um engrandecimento distante da realidade concreta.

Podemos constatar tal cuidado não somente através da leitura de seus poemas, repletos de notas explicativas com referência às suas pesquisas bibliográficas, mas também pela análise crítica que faz à epopeia de Gonçalves de Magalhães, a *Confederação dos Tamoios*, em carta ao Imperador Dom Pedro II. Mesmo escapando ao recorte temporal aqui estabelecido, vale atentarmos para os seguintes trechos desta missiva de 1856 a fim de compreendermos a visão de Gonçalves Dias do projeto poético:

Em Portugal não parece ter produzido o menor efeito: independente de outras causas, duas há que bastariam e de sobra para esse resultado: a primeira é que *nem todos estão com o espírito tão livre de preconceitos que possam apreciar a grandeza selvagem da poesia Americana*; a outra e principal é que o Sr. Magalhães *põe na boca de seus heróis algumas expressões que os filhos do “Portugal vencedor, nunca vencido” não podem tolerar, e menos procedentes de um tapuia. [...]*

Achei a versificação frouxa, de quando em quando imagens pouco felizes, a linguagem por vezes menos grave, menos própria de tal gênero de composições, e o que entre esses não é para mim o menor defeito, *o tamoio não tem muito de real nem de ideal.*<sup>23</sup> (ANAIS..., 1971, p. 195-196, grifos nossos).

Verificamos, pois, pela leitura destas passagens, que Gonçalves Dias tinha consciência da parcela de licença poética que poderia ser empregue na elaboração poética do personagem indígena, mas que se tratava apenas de algo a ser equilibrado em função dos dados disponíveis acerca da vida dos povos concretos. Dias elenca, nessa mesma carta, uma série de exemplos dos aspectos por ele apontados, citando Hans Staden e o seu próprio conhecimento dos costumes indígenas para apontar uma série de incongruências do indígena de Magalhães, e assim resume sua crítica:

Uma índia alimenta dois filhos, e isto não causa novidades aos selvagens, outro conta os anos pelos cachos dos coqueiros, e não pela frutificação do caju, e como isto muita cousa, de muito pouca

---

<sup>23</sup> Carta de Gonçalves Dias a Dom Pedro II, datada de 13 de setembro de 1856.

importância, sem dúvida, *mas necessária para se fazer a quem quer que seja, sentir, pensar, viver e falar nas condições da sua existência própria.* (ANAIS..., 1971, p. 197, grifos nossos).

O intuito de representar o indígena sob o seu próprio ponto de vista, tanto quanto fosse possível diante dos meios disponíveis, se mostra, pois, claramente no discurso de Dias. A precisão das imagens poéticas elaboradas, com base nos registros da época, se lhe mostrava imprescindível para dar a ver o verdadeiro espírito nacional, conforme o concebia. Desta feita, não podemos dizer com justiça que fosse um índio *totalmente* idealizado, pois um imenso trabalho de pesquisa e criação poética foi feito para que se gerasse tal “símbolo nacional” nem tão distante assim do que era no seu cotidiano.

Outra crítica que se pode questionar de alguma forma a partir das leituras aqui empreendidas é a de que Gonçalves Dias, como os demais integrantes do grupo do IHGB, “elegeu os bons nativos – quase rousseauneanos – como modelos nacionais e basicamente esqueceu da população negra” (SCHWARCZ, 2010, p. 7). As referências a escravos e “pretos” nas cartas e no diário de viagem ao Rio Negro nos permitem entrever que a identidade negra, como a entendemos hoje, não era ainda uma realidade nos tempos de Gonçalves Dias. Notamos que este autor convivía com a situação da escravatura ora com acomodação, ora com incômodo – como deixa mais claro no fragmento em prosa *Meditação*, publicado (faltando trechos censurados) no jornal *O Guanabara*, conforme profundamente analisou o professor Wilton Marques (2010) – mas que não é capaz de elaborar ainda uma visão dos africanos e afrodescendentes como nacionais. Parece vê-los ainda como estrangeiros, uma vez que continuam a aportar ao Brasil todos os dias. Seria talvez muito improvável para um intelectual de base romântica, que, como tal, procurava a nacionalidade nos elementos autóctones de um país, que pudesse enxergar na população negra algo além de injustiçados e explorados. Limitado, também, pela censura imperial e pela própria circunstância de ser funcionário público e amigo próximo do Imperador, Dias não teria meios para incluir a população negra no seu projeto de nacionalidade, embora tenha a ela se referido em alguns poemas quanto ao sentimento do exílio e tenha procurado, ao menos, nunca lhe causar dano algum na realidade prática do dia a dia.

A análise dessas ambiguidades nas origens discursivas do nosso imaginário coletivo nacional, isto é, dos elementos simbólicos que dão

forma à ideia que fazemos de nós mesmos, ajuda-nos a perceber que esse imaginário não surge do nada, nem somente da capacidade criadora e acadêmica de nossos primeiros escritores, mas também de toda uma “retórica da modernidade” (MIGNOLO, 2008, p. 293), que nos coloca sempre como exóticos e atrasados em uma linha do tempo de progresso criada somente do ponto de vista europeu. Um novo olhar sobre a nossa história, que inclui a nossa literatura, nos permite ir além dessa construção discursiva e enxergar as nossas realidades e características sob a nossa perspectiva (ainda que com as marcas da “colonialidade”, processo que não acaba no momento da independência), fora de um pensamento estruturado somente em binarismos e classificações estagnadas. Uma leitura renovada da nossa literatura nos leva a um novo modo de compreender a nós mesmos, como brasileiros e como seres de uma mesma espécie humana.

## Referências

ANAIS da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1971. v. 84 (1964). Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_084\\_1964.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_084_1964.pdf). Acesso em: fev.2019.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: \_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABOCLO. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/caboclo/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

CRANIOLOGIA. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/craniologia/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DIAS, A. G. *Brasil e Oceania*. Organização de Raymundo Netto; apresentação de Ana Miranda. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

DIAS, A. G. *Gonçalves Dias na Amazônia: relatórios e diário da viagem ao rio Negro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

DIAS, A. G.; LEAL, A. H. (org.). *Obras Póstumas*. São Luís: Bellarmino de Matos, 1868.

DIAS; A. G.; BUENO, Alexei (org.). *Poesia e prosa completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

LIMA, R. R. *Dialéticas de exílio e nacionalismo em Gonçalves Dias*. 91 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/79482>. Acesso em: 9 set. 2019.

MARQUES, W. J. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão*. São Paulo: EdUFSCar, 2010.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. *Caderno de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. *On decoloniality: concepts, analytics, praxis*. London: Duke University Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1215/9780822371779>.

MOTA, L. T. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 117-142, 2006.

PEREIRA, L. M. *A vida de Gonçalves Dias*. Brasília: Senado Federal, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHWARCZ, L. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em *Novo Mundo* nos trópicos. Porto Alegre: IFCH - UFRGS, 2010. Disponível em: <https://docgo.net/schwarcz-adaptacao-mesticagem-tropicos-pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

VELOSO JÚNIOR, C. R. *Os “curiosos da natureza”*: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: [www.historia.uff.br/stricto/td/1697.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/td/1697.pdf). Acesso em: 04 fev. 2019.

Recebido em: 30 de abril de 2019.

Aprovado em: 9 de setembro de 2019.